



EDITAL DE LICITAÇÃO – UASG 987791			
Pregão Eletrônico nº 90078/2026		Data da sessão de abertura: 25 de junho de 2026	
		Horário da sessão de abertura: 08h30min	
Processo nº 183/2026	Sistema de Registro de Preços? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Edital Exclusivo ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP? Não
VALOR MÁXIMO: R\$ 363.050,10 (Trezentos e sessenta e três mil, cinquenta reais e dez centavos).			
Modo de disputa: Aberto e fechado	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica		Amostra/ Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR LOTE			
QUESTIONAMENTOS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES		Link Protocolo: https://prudentopolisprscp.equiplano.com.br:5028/ramitacaoProcesso/#!/abertura-processo/entidade/28	
O pregão será realizado por meio do endereço: www.comprasnet.gov.br O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/ , https://prudentopolispr.equiplano.com.br:7443/transparencia/licitacoes			

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, Decreto Estadual nº 10086 de 17 de janeiro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME/73/2022, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 encontra-se aberta a licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** – tipo **MENOR**



PREÇO POR LOTE, e que, às **08h30min**, do **dia 25 de junho de 2026** no site www.comprasgovernamentais.gov.br, dará abertura ao Pregão Eletrônico, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, autorizada pelo Processo **Protocolo nº 256/2026**.

1.2. O Edital e demais anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e/ou e-mail licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br.

1.3. *Havendo divergência entre as especificações dos objetos descritas no sistema Compras Governamentais e aquelas constantes deste Edital, prevalecerão, para todos os fins, as disposições estabelecidas no instrumento convocatório.*

1.4. A sessão será conduzida pela PREGOEIRA: Vanessa Ap. Becher Sass, conforme designação através do Decreto Municipal nº 597 publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 3043 do dia de 27 de maio de 2025.

1.5. O presente Edital foi elaborado pela servidora Maricleia Grzeszezyszen, lotada no Departamento de Licitações.

2. DO OBJETO E VALOR MÁXIMO

2.1. A presente licitação tem por objeto o *Registro de Preços para contratação de empresa para manutenção de ar condicionado*, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

2.2. VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R\$ 363.050,10 (Trezentos e sessenta e três mil, cinquenta reais e dez centavos).

2.3. A licitação será dividida em **LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.



4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

D) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. *A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;



4.7.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A vedação de que trata o item 4.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente através do Link: <https://prudentopolisprscp.equipiano.com.br:5028/tramitacaoProcesso/#!/abertura-processo/entidade/28>, no caso de indisponibilidade do Link poderá ser encaminhada via e-mail: licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br, sendo que caso enviado por e-mail deverá ser confirmado via telefone: (42) 3080-1700.

5.2. Decairá do direito aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão.

5.3. A Pregoeira, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos do município, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o Art 164 § único da Lei 14133/2021.

5.4. As respostas a todos os questionamentos e impugnações (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site oficial do município, no link da referida licitação.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

5.6. Acolhida a impugnação, realizada alteração, será designada nova data para a realização do



certame.

5.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de Ata de RP.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação dos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Dados essenciais da proponente, como CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

7.1.2. Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso.

7.1.3. Marca;

7.1.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

7.1.5. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (0,00) após a vírgula.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, durante a fase de lances.

8.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



- 8.7. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.8. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante a troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.10. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 8.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.12. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.13. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (hum centavo)**.
- 8.14. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 8.15. O modo de disputa será **“aberto e fechado”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.15.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.15.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 8.15.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



8.15.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais



da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

8.22.2.2. Empresas brasileiras;

8.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



8.24. Cabe ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, sua desconexão ou por omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

8.25. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

8.25.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.27. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

8.28. Quando convocado via chat pela pregoeira, cada licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, pois o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

9. DA FASE DO JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas



Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

9.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições estipuladas no presente Edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. Contiver vícios insanáveis;

9.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.6.7.1. *Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

9.6.7.2. *Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

9.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A verificação da Habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor e será verificada, após a análise e julgamento das Propostas, devendo apresentar os seguintes documentos:

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.1.1.1. Os documentos abrangidos pelo SICAF são relativos à:

I) Habilitação jurídica;

II) Regularidade fiscal e trabalhista;

III) Qualificação Econômica – Financeira;

IV) Qualificação técnica.

10.1.1.2. O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste edital.

10.1.1.3. Ao licitante inscrito no SICAF, cujos documentos solicitados em Edital encontrem-se vencidos no SICAF ou aos documentos que não se encontrem inseridos no mesmo, deverá apresentar a documentação atualizada à Pregoeira no momento da habilitação.

10.1.1.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput). A não observância do disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.1.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.1.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

10.1.3.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

10.1.3.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.1.3.3. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.1.3.4. Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a



documentação de habilitação de ambas esteja regular;

10.1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.1.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.1.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.1.6. Serão exigidos os seguintes documentos

10.1.6.1. Para comprovação da habilitação jurídica

I) Registro comercial, no caso de empresa individual;

II) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;

III) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

IV) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

V) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

OBSERVAÇÕES:

– *Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;*

– *Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;*

– *Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.*

10.1.6.2. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

I) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto



licitado;

II) Prova de regularidade conjunta, relativa a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

III) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

IV) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

V) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

VI) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

10.1.6.3. Para comprovação da qualificação econômico-financeira

I. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;

b) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua emissão.

10.1.6.4. Para comprovação da qualificação técnica

I) As proponentes deverão apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo;

II) Certidão de acervo técnico do Profissional – CAT emitido pelo CREA com registro de atestado;

III) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, na qual conste o Responsável Técnico da empresa, com atribuições do objeto do edital que será o responsável pela execução do serviço, devidamente acompanhada de Certidão de Registro de Pessoa Física, ambas emitidas pelo CREA, certificando que tanto o profissional quanto a Empresa licitante encontram-se regularmente registrados no Conselho



Regional do respectivo Estado. (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia nos termos do artigo 59 da Lei 5.194);

IV) Comprovação de vínculo empregatício entre o Responsável Técnico, elencado no item anterior, e a proponente, mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho do responsável pelo serviço e/ou da ficha de registro da empresa, ou de outro documento;

V) Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou Contrato Social.

10.2. Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

10.5.3. Documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame

10.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos.

10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para



participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.10. Os documentos que não possuírem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a **180 (cento e oitenta) dias anteriores** à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto casos de legislação específica, devidamente comprovada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá o prazo de 10 (dez) minutos para cada fase, classificação e habilitação, durante o qual, qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. A falta de manifestação imediata quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

11.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.5.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.5.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

11.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:
<https://prudentopolispr.equiplano.com.br:7443/transparencia/licitacoes>.

11.12. Não havendo recurso, a Pregoeira encaminhará para homologação.

11.13. Caso à pregoeira tenha que remarcar a data da sessão, a convocação será realizada através e exclusivamente pelo sistema do Comprasnet.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

12.1.1. Se o primeiro proponente classificado, não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

12.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

12.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

13.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.

13.2. As obrigações decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão em uma Ata de Registro de Preço, cuja minuta se encontra no **ANEXO III** deste Edital.

13.3. A Ata de Registro de Preços será encaminhada a empresa vencedora, a fim de que seja realizada a devida assinatura. Ressalta-se que é responsabilidade da empresa realizar a assinatura do referido instrumento e devolvê-lo ao Departamento de Licitações no prazo estipulado, sendo este o de **05 (cinco) dias** após o seu recebimento. A não devolução do documento devidamente assinado no prazo estabelecido poderá acarretar em sanções previstas no edital ou outras medidas cabíveis, conforme a legislação vigente.

13.3.1. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



13.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador). Na hipótese de nomeação de procurador, mediante apresentação de cópia da procuração e cópia dos documentos do procurador.

13.5. A proponente vencedora, que no prazo, convocada dentro da validade de sua proposta, se recusar injustificadamente a assinar a Ata de RP, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, ou firmar declaração falsa, poderá ficar impedida de licitar com o Município de Prudentópolis.

13.6. Fica o Fiscal e o Gestor da Ata de Registro de Preço, cientes da publicação do mesmo após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.9.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.10. A Ata de Registro de Preço poderá, a critério da Administração, gerar a formalização de contratos específicos para a execução das aquisições ou prestações de serviços registrados, conforme necessidade, observadas as disposições do edital e da legislação vigente. Esses contratos deverão respeitar as condições, preços e prazos estipulados na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo de



eventuais ajustes que sejam formalmente acordados entre as partes.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando exigida;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. Fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for exigida;

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos



determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% do valor da proposta do licitante.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% do valor da proposta.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



14.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DO COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Adota-se nesta licitação e nas consequentes Atas de RP, a presente Cláusula Especial de Combate à Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de RP;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;

c) PRÁTICA COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a



execução da Ata de RP;

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de RP financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução uma Ata de RP financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de RP vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio



da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [\[https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1\]](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1).

16.11. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Prudentópolis, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

16.12. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

16.13. A Administração poderá, até a assinatura da Ata de RP ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, a Pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope “Documentos de Habilitação”, sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o (s) documento (s) que vencer (em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

16.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Prudentópolis, com exclusão de qualquer outro.

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

– Anexo I – Termo de Referência;



-
- Anexo II – Modelo Padrão de Proposta;
 - Anexo III – Minuta Ata de Registro de Preço;
 - Anexo IV – Dotações Orçamentárias.

Prudentópolis, 08 de junho de 2026.

Maricleia Grzeszezyszen
Resp. Pela Elaboração do Edital



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 256/2026

1. DAS SECRETARIAS PARTICIPANTES

- 1.1. Secretaria Municipal de Agricultura;
- 1.2. Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 1.3. Secretaria Municipal de Cultura;
- 1.4. Secretaria Municipal de Educação;
- 1.5. Secretaria Municipal de Esportes e Recreação;
- 1.6. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico
- 1.7. Secretaria Municipal de Planejamento e Obras;
- 1.8. Secretaria Municipal de Saúde;
- 1.9. Secretaria Municipal de Turismo;
- 1.10. Secretaria Municipal de Administração;
- 1.11. Secretaria Municipal de Finanças;
- 1.12. Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura.

2. DO EMBASAMENTO LEGAL

- 2.1. O presente Termo de Referência está embasado na Lei Federal n.º 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Este Instrumento se fundamenta no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos setores responsáveis das Secretarias demandantes.

4. HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 4.1. Sim. Estava previsto no Plano de Contratações Anuais conforme ETP de cada secretaria solicitante.

5. DO OBJETO

- 5.1. O presente Termo de Referência visa subsidiar o Departamento de Licitações na elaboração das diretrizes que darão ordem e forma ao processo licitatório para **“Registro de Preços para**



contratação de empresa para manutenção de ar condicionado”, afim de manter os prédios públicos em ótimo estado de conservação, conforme especificações contidas neste Termo, em consonância com o teor do **processo nº 256/2026** e anexos, ao qual está vinculado.

6. DA JUSTIFICATIVA

6.1. As secretarias solicitantes justificam a necessidade de aquisição do objeto conforme segue:

6.1.1. Secretaria Municipal de Agricultura: A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o adequado funcionamento dos aparelhos de ar condicionado utilizados nos prédios da Secretaria Municipal de Agricultura, proporcionando condições adequadas de conforto térmico, salubridade e eficiência no ambiente de trabalho dos servidores e no atendimento ao público. Os serviços de manutenção, instalação e limpeza são essenciais para prolongar a vida útil dos equipamentos, prevenir falhas, reduzir custos com reparos emergenciais e garantir o correto desempenho dos aparelhos. O Município não dispõe de equipe técnica especializada nem de ferramentas adequadas para a execução desses serviços, tornando necessária a contratação de empresa especializada.

6.1.2. Secretaria Municipal de Assistência Social: A Secretaria Municipal de Assistência Social possui 07(sete) departamentos com aparelhos de ar condicionado (Acolhimento Institucional, CREAS, Cadastro Único, Gestão, CRAS Vila Mariana, CRAS Vila da Luz, Conselho Tutelar) onde os aparelhos são utilizados quase que diariamente. A manutenção justifica-se pela necessidade de manter os aparelhos limpos e higienizados, pois do contrário, podem causar alergia devido à sujeira dos filtros, dificuldade na ventilação, mau cheiro e perceptível diferença na ventilação e temperatura. Visa garantir a funcionalidade dos equipamentos existentes, tendo em vista que é fundamental o acompanhamento por equipe técnica devidamente treinada e qualificada, visando não comprometer a vida útil dos equipamentos. A manutenção dos equipamentos é imprescindível no desenvolvimento das atividades dos departamentos, uma vez que proporciona o bem-estar, saúde e conforto térmico aos servidores e usuários dos serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social.

6.1.3. Secretaria Municipal de Cultura: A contratação de serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado justifica-se pela necessidade de assegurar o adequado funcionamento dos equipamentos instalados nos espaços públicos vinculados a esta Secretaria, os quais são essenciais para a promoção do conforto térmico, do bem-estar e da salubridade do ambiente, tanto para os servidores quanto para os usuários dos serviços públicos. Tais equipamentos exercem papel fundamental na garantia de condições adequadas de trabalho e atendimento ao público, contribuindo diretamente na qualidade dos serviços prestados pela SMC. A realização periódica de manutenção



preventiva contribui para a redução da ocorrência de falhas e avarias, prolongando a vida útil dos equipamentos e proporcionando economia de recursos públicos ao evitar gastos elevados com reparos emergenciais. Em contrapartida, a ausência de manutenção preventiva pode resultar no aumento do consumo de energia elétrica, bem como ocasionar sobrecargas e danos ao sistema elétrico das edificações, com potenciais riscos à segurança e à continuidade das atividades administrativas. Dessa forma, a execução regular dos serviços de manutenção preventiva e corretiva mostra-se indispensável para garantir a eficiência operacional dos equipamentos, a qualidade do ar interno e a segurança das instalações, devendo ser realizada por profissionais devidamente capacitados e especializados.

6.1.4. Secretaria Municipal de Educação: A solicitação deste serviço fundamenta-se na necessidade estratégica de assegurar a eficiência operacional e a integridade dos sistemas de climatização, visto que a manutenção adequada é o fator determinante para o funcionamento otimizado dos equipamentos. Sob a ótica econômica, a limpeza técnica de filtros e a regulação precisa dos componentes garantem que o sistema opere em sua máxima performance, evitando a sobrecarga dos compressores e, conseqüentemente, reduzindo o consumo excessivo de energia elétrica. Além da eficiência imediata, a manutenção preventiva atua diretamente na preservação do patrimônio, permitindo a identificação precoce de desgastes e falhas iminentes. Tal prática evita paradas não planejadas e reparos emergenciais de alto custo, prolongando significativamente a vida útil dos ativos e evitando a substituição prematura de equipamentos complexos. Paralelamente à viabilidade financeira e técnica, a manutenção é imperativa para a garantia da saúde pública e do bem-estar ocupacional. Sistemas de ar-condicionado sem a devida higienização tornam-se vetores de contaminação biológica, acumulando poeira, pólen, fungos e bactérias que comprometem severamente a qualidade do ar interno. Portanto, a execução regular destes serviços não apenas assegura o conforto térmico necessário para a produtividade no ambiente, mas também garante o cumprimento das normas sanitárias vigentes, mantendo o ar livre de contaminantes nocivos e prevenindo a propagação de doenças respiratórias entre os usuários e frequentadores do espaço.

6.1.5. Secretaria Municipal de Esportes e Recreação: A solicitação justifica-se pela demanda apresentada pela Secretaria de Esportes e Recreação. Os serviços serão utilizados na manutenção dos aparelhos instalados nos espaços esportivos mantidos pela SMER. Desta forma privilegiando o ensino, o desporto, disseminando a cultura da boa saúde, reduzindo índices de criminalidade, realizando inclusão social e a promoção humana.

6.1.6. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico: A contratação tem como objetivo manter os equipamentos de ar-condicionado em bom funcionamento,



evitando quebras, desconforto térmico, aumento no consumo de energia e possíveis problemas de saúde causados pela falta de limpeza e manutenção adequada.

6.1.7. Secretaria Municipal de Planejamento e Obras: O prédio da Prefeitura Municipal é utilizado diariamente para o desenvolvimento de atividades administrativas essenciais, concentrando setores responsáveis pelo planejamento, execução e apoio às políticas públicas municipais, além do atendimento direto à população. Por se tratar de um ambiente de uso contínuo e com grande circulação de pessoas, faz-se necessária a manutenção de condições adequadas de conforto térmico para garantir o bom funcionamento das rotinas administrativas e a qualidade do atendimento prestado. Os ambientes do edifício são climatizados por aparelhos de ar-condicionado que operam de forma constante, muitas vezes em jornadas prolongadas, estando sujeitos ao desgaste natural decorrente do uso contínuo, das condições ambientais e do tempo de funcionamento. A indisponibilidade ou funcionamento inadequado desses equipamentos pode comprometer significativamente a qualidade do ambiente de trabalho, afetando a produtividade dos servidores, o bem-estar dos usuários e a conservação de equipamentos eletrônicos e documentos sensíveis às variações de temperatura. Além disso, falhas recorrentes ou a redução da eficiência dos sistemas de climatização tendem a gerar aumento no consumo de energia elétrica, desconforto térmico, paralisações pontuais das atividades administrativas e, em casos mais graves, riscos à saúde ocupacional dos servidores. Tais situações impactam diretamente a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população, bem como a gestão eficiente dos recursos públicos. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de adoção de medidas que assegurem o funcionamento adequado e contínuo dos sistemas de climatização instalados no prédio da Prefeitura, de modo a preservar as condições ambientais apropriadas, garantir a continuidade das atividades administrativas, promover a economicidade e resguardar o patrimônio público municipal.

6.1.8. Secretaria Municipal de Saúde: A Secretaria Municipal de Saúde dispõe de diversos aparelhos de ar-condicionado instalados em suas unidades administrativas, assistenciais e de apoio, os quais são essenciais para a adequada climatização dos ambientes, garantindo condições térmicas compatíveis com as atividades desenvolvidas, o conforto de servidores e usuários, bem como a preservação de equipamentos, medicamentos e insumos sensíveis à variação de temperatura. Com o uso contínuo e intenso desses equipamentos, aliado às condições ambientais e ao tempo de operação, torna-se imprescindível a realização periódica de serviços de manutenção preventiva e corretiva, visando assegurar o pleno funcionamento dos aparelhos, a eficiência energética, a redução de falhas e a ampliação de sua vida útil. A ausência de manutenção adequada pode ocasionar mau funcionamento, aumento no consumo de energia elétrica, interrupções no atendimento à população,



além de riscos à saúde pública, especialmente em ambientes que demandam controle térmico rigoroso, como salas de atendimento, vacinação, farmácias e setores administrativos. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção em aparelhos de ar-condicionado, de modo a garantir a continuidade dos serviços públicos de saúde, a segurança dos ambientes, a economicidade dos recursos públicos e a observância das boas práticas de gestão e conservação do patrimônio público.

6.1.9. Secretaria Municipal de Turismo: A contratação justifica-se pela necessidade de garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos de climatização utilizados pela Secretaria Municipal de Turismo, essenciais para proporcionar condições adequadas de trabalho aos servidores e de atendimento ao público. Os aparelhos de ar-condicionado são equipamentos que exigem manutenção periódica preventiva e corretiva para assegurar seu funcionamento eficiente, prolongar sua vida útil e evitar gastos maiores com substituições prematuras ou reparos emergenciais. A particularidade desta contratação reside na distribuição geográfica dos equipamentos, com 04 unidades localizadas na área urbana e 04 unidades no Monumento do Salto São João, ponto turístico estratégico do município que demanda atendimento diferenciado devido à sua localização no interior. A não realização desta contratação acarretaria: • Comprometimento das condições de trabalho dos servidores; • Prejuízo ao atendimento ao público e aos turistas; • Risco de danos irreversíveis aos equipamentos por falta de manutenção adequada; • Possibilidade de gastos emergenciais superiores aos valores preventivos; • Comprometimento da imagem institucional do município em seu principal ponto turístico. A contratação está diretamente relacionada às competências e atribuições da Secretaria Municipal de Turismo, responsável pela gestão e manutenção das instalações turísticas do município, incluindo o Monumento do Salto São João.

6.1.10. Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura: A Secretaria solicitante justifica a presente contratação pela necessidade de assegurar a adequada limpeza, higienização e manutenção dos aparelhos de ar-condicionado, uma vez que a ausência desses cuidados pode ocasionar o acúmulo de sujeira nos filtros e componentes internos, resultando em espirros, alergias, odores desagradáveis, dificuldade na ventilação, variações inadequadas de temperatura e até mesmo a queima dos equipamentos. A contratação de empresa especializada para a manutenção dos sistemas de ar condicionado é fundamental para preservar a saúde dos usuários e servidores, garantindo a qualidade do ar nos ambientes, bem como para assegurar o funcionamento eficiente e a maior vida útil dos equipamentos. Além disso, a manutenção adequada previne falhas, reduz custos com reparos emergenciais, evita desconfortos térmicos e contribui para o atendimento às normas técnicas e sanitárias vigentes. Dessa forma, a medida visa manter os ambientes públicos climatizados de



maneira segura, eficiente e confortável, refletindo uma gestão responsável, preventiva e comprometida com o bem-estar coletivo e a correta aplicação dos recursos públicos.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar – ETP de cada secretaria solicitante informado no processo inicial;

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

8.1. ITEM, QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
LOTE 01					
1	Manutenção Ar-condicionado 7.000 BTUS (área urbana).	SERV.	1	R\$ 258,86	R\$ 258,86
2	Reposição de gás Ar-condicionado 7.000 BTUS (área urbana).	KG	1	R\$ 192,50	R\$ 192,50
TOTAL					R\$ 451,36
LOTE 02					
3	Manutenção ar condicionado 9.000 BTUS (área urbana)	SERV.	88	R\$ 297,19	R\$ 26.152,72
4	Reposição de gás ar condicionado 9.000 BTUS (área urbana)	KG	54	R\$ 264,30	R\$ 14.272,20
TOTAL					R\$ 40.424,92
LOTE 03					
5	Manutenção ar condicionado 12.000 BTUS (área urbana)	SERV.	155	R\$ 304,51	R\$ 47.199,05
6	Reposição de gás ar condicionado 12.000 BTUS (área urbana)	KG	78	R\$ 302,00	R\$ 23.556,00
TOTAL					R\$ 70.755,05
LOTE 04					
7	Manutenção ar condicionado 18.000 BTUS (área urbana)	SERV.	131	R\$ 329,10	R\$ 43.112,10
8	Reposição de gás ar condicionado	KG	71	R\$ 338,67	R\$ 24.045,57



	18.000 BTUS (área urbana)				
TOTAL					R\$ 67.157,67
LOTE 05					
9	Manutenção ar condicionado 22.000 BTUS (área urbana)	SERV.	4	R\$ 392,16	R\$ 1.568,64
10	Reposição de gás ar condicionado 22.000 BTUS (área urbana)	KG	8	R\$ 412,36	R\$ 3.298,88
TOTAL					R\$ 4.867,52
LOTE 06					
11	Manutenção ar condicionado 24.000 BTUS (área urbana)	SERV.	50	R\$ 439,00	R\$ 21.950,00
12	Reposição de gás ar condicionado 24.000 BTUS (área urbana)	KG	20	R\$ 391,20	R\$ 7.824,00
TOTAL					R\$ 29.774,00
LOTE 07					
13	Manutenção ar condicionado 30.000 BTUS (área urbana)	SERV.	4	R\$ 442,27	R\$ 1.769,08
14	Reposição de gás ar condicionado 30.000 BTUS (área urbana)	KG	2	R\$ 399,02	R\$ 798,04
TOTAL					R\$ 2.567,12
LOTE 08					
15	Manutenção ar condicionado 36.000 BTUS.	UND	4	R\$ 607,01	R\$ 2.428,04
TOTAL					R\$ 2.428,04
LOTE 09					
16	Manutenção de Ar condicionado de teto 48000 BTUS	SERV.	3	R\$ 659,83	R\$ 1.979,49
17	Reposição de gás ar-condicionado de teto 48000 BTUS	KG	3	R\$ 643,43	R\$ 1.930,29
TOTAL					R\$ 3.909,78
LOTE 10					



18	Manutenção cortina de ar (área urbana)	SERV.	3	R\$ 199,99	R\$ 599,97
TOTAL					R\$ 599,97
LOTE 11					
19	Compressor 9.000 BTUS, incluindo a mão-de-obra para substituição. Garantia de 90 (noventa) dias	UND	7	R\$ 1.075,25	R\$ 7.526,75
TOTAL					R\$ 7.526,75
LOTE 12					
20	Compressor 12.000 BTUS, incluindo a mão-de-obra para substituição. Garantia de 90 (noventa) dias	UND	11	R\$ 1.377,23	R\$ 15.149,53
TOTAL					R\$ 15.149,53
LOTE 13					
21	Compressor 18.000 BTUS, incluindo a mão-de-obra para substituição. Garantia de 90 (noventa) dias	UND	7	R\$ 1.719,90	R\$ 12.039,30
TOTAL					R\$ 12.039,30
LOTE 14					
22	Compressor 24.000 BTUS, incluindo a mão-de-obra para substituição. Garantia de 90 (noventa) dias	UND	2	R\$ 2.154,85	R\$ 4.309,70
TOTAL					R\$ 4.309,70
LOTE 15					
23	Compressor 30.000 BTUS, incluindo a mão-de-obra para substituição. Garantia de 90 (noventa) dias	UND	1	R\$ 2.849,57	R\$ 2.849,57
TOTAL					R\$ 2.849,57
LOTE 16					
24	Filtro para ar, incluindo a mão-de-obra para substituição. Garantia de 90 (noventa) dias	UND	10	R\$ 147,10	R\$ 1.471,00



TOTAL					R\$ 1.471,00
LOTE 17					
25	Instalação completa de cortina de ar, incluindo materiais e mão-de-obra. (área urbana)	SERV.	1	R\$ 592,38	R\$ 592,38
TOTAL					R\$ 592,38
LOTE 18					
26	Instalação completa de ar condicionado, incluindo materiais e mão-de-obra	SERV.	41	R\$ 819,08	R\$ 33.582,28
TOTAL					R\$ 33.582,28
LOTE 19					
27	Manutenção Ar-condicionado 9.000 BTUS (Jaciaba 77 km).	SERV.	1	R\$ 593,59	R\$ 593,59
28	Reposição de gás Ar-condicionado 9.000 BTUS (Jaciaba 77 km).	KG	1	R\$ 378,00	R\$ 378,00
TOTAL					R\$ 971,59
LOTE 20					
29	Manutenção ar condicionado 12.000 BTUS Jaciaba (77 km)	SERV.	6	R\$ 588,39	R\$ 3.530,34
30	Reposição de gás ar condicionado 12.000 BTUS Jaciaba (77 km)	KG	3	R\$ 514,57	R\$ 1.543,71
TOTAL					R\$ 5.074,05
LOTE 21					
31	Manutenção ar condicionado 18.000 BTUS Jaciaba (77 km)	SERV.	5	R\$ 582,75	R\$ 2.913,75
32	Reposição de gás ar condicionado 18.000 BTUS Jaciaba (77 km)	KG	3	R\$ 440,97	R\$ 1.322,91
TOTAL					R\$ 4.236,66
LOTE 22					



MUNICÍPIO DE
PRUDENTÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

33	Manutenção Ar-condicionado 20.000 BTUS (Jaciaba 77 km).	SERV.	1	R\$ 610,09	R\$ 610,09
34	Reposição de gás Ar-condicionado 20.000 BTUS (Jaciaba 77 km).	KG	1	R\$ 421,45	R\$ 421,45
TOTAL					R\$ 1.031,54
LOTE 23					
35	Manutenção Ar-condicionado 12.000 BTUS (Linha Esperança 14 km).	SERV.	1	R\$ 441,73	R\$ 441,73
36	Reposição de Gás Ar-condicionado 12.000 BTUS (Linha Esperança 14 km).	KG	1	R\$ 378,67	R\$ 378,67
TOTAL					R\$ 820,40
LOTE 24					
37	Manutenção ar condicionado 18.000 BTUS Linha Esperança (14 km)	SERV.	2	R\$ 456,09	R\$ 912,18
38	Reposição de gás ar condicionado 18.000 BTUS Linha Esperança (14 km)	KG	1	R\$ 330,97	R\$ 330,97
TOTAL					R\$ 1.243,15
LOTE 25					
39	Manutenção Ar-condicionado 9.000 BTUS (Capanema 22 km).	SERV.	4	R\$ 356,72	R\$ 1.426,88
40	Reposição de Gás Ar-condicionado 9.000 BTUS (Capanema 22 km).	KG	2	R\$ 330,97	R\$ 661,94
TOTAL					R\$ 2.088,82
LOTE 26					



41	Manutenção ar condicionado 18.000 BTUS Capanema (22 km)	SERV.	1	R\$ 471,72	R\$ 471,72
42	Reposição de gás ar condicionado 18.000 BTUS Capanema (22 km)	KG	1	R\$ 345,97	R\$ 345,97
TOTAL					R\$ 817,69
LOTE 27					
43	Manutenção Ar-condicionado 9.000 BTUS (Barra Bonita)	SERV.	1	R\$ 412,75	R\$ 412,75
44	Reposição de Gás Ar-condicionado 9.000 BTUS (Barra Bonita).	KG	1	R\$ 368,67	R\$ 368,67
TOTAL					R\$ 781,42
LOTE 28					
45	Manutenção Ar-condicionado 12.000 BTUS (Barra Bonita 18 km)	SERV.	1	R\$ 472,75	R\$ 472,75
46	Reposição de Gás Ar- condicionado 12.000 BTUS (Barra Bonita 18 km).	KG	1	R\$ 378,67	R\$ 378,67
TOTAL					R\$ 851,42
LOTE 29					
47	Manutenção ar condicionado 18.000 BTUS Barra Bonita (18 km)	SERV.	2	R\$ 462,75	R\$ 925,50
48	Reposição de gás ar condicionado 18.000 BTUS Barra Bonita (18 km)	KG	1	R\$ 395,33	R\$ 395,33
TOTAL					R\$ 1.320,83
LOTE 30					
49	Manutenção ar condicionado 9.000 BTUS Papanduva de baixo (12 km)	SERV.	1	R\$ 418,78	R\$ 418,78
50	Reposição de gás ar condicionado 9.000 BTUS Papanduva de baixo	KG	1	R\$ 314,30	R\$ 314,30



	(12 km)				
TOTAL					R\$ 733,08
LOTE 31					
51	Manutenção Ar-condicionado 12.000 BTUS (Papanduva de Baixo 12 km).	SERV.	1	R\$ 506,79	R\$ 506,79
52	Reposição de Gás Ar- condicionado 12.000 BTUS (Papanduva de Baixo 12 km).	KG	1	R\$ 362,00	R\$ 362,00
TOTAL					R\$ 868,79
LOTE 32					
53	Manutenção Ar-condicionado 9.000 (Marcondes 15 km)	SERV.	2	R\$ 430,84	R\$ 861,68
54	Reposição de Gás Ar- condicionado 9.000 (Marcondes)	KG	1	R\$ 352,00	R\$ 352,00
TOTAL					R\$ 1.213,68
LOTE 33					
55	Manutenção Ar-condicionado 12.000 (Marcondes 15 km)	SERV.	1	R\$ 523,46	R\$ 523,46
56	Reposição de Gás Ar- condicionado 12.000 (Marcondes)	KG	1	R\$ 378,67	R\$ 378,67
TOTAL					R\$ 902,13
LOTE 34					
57	Manutenção ar condicionado 18.000 BTUS Patos Velhos (20 km)	SERV.	3	R\$ 484,38	R\$ 1.453,14



58	Reposição de gás ar condicionado 18.000 BTUS Patos Velhos (20 km)	KG	2	R\$ 382,00	R\$ 764,00
TOTAL					R\$ 2.217,14
LOTE 35					
59	Manutenção ar condicionado 9.000 BTUS Ligação (51 km)	SERV.	2	R\$ 604,99	R\$ 1.209,98
60	Reposição de gás ar condicionado 9.000 BTUS Ligação (51 km)	KG	1	R\$ 425,97	R\$ 425,97
TOTAL					R\$ 1.635,95
LOTE 36					
61	Manutenção ar condicionado 12.000 BTUS Ligação (51 km)	SERV.	7	R\$ 646,79	R\$ 4.527,53
62	Reposição de gás ar condicionado 12.000 BTUS Ligação (51 km)	KG	3	R\$ 478,67	R\$ 1.436,01
TOTAL					R\$ 5.963,54
LOTE 37					
63	Manutenção ar condicionado 18.000 BTUS Ligação (51 km)	SERV.	3	R\$ 645,73	R\$ 1.937,19
64	Reposição de gás ar condicionado 18.000 BTUS Ligação (51 km)	KG	2	R\$ 448,67	R\$ 897,34
TOTAL					R\$ 2.834,53
LOTE 38					
65	Manutenção ar condicionado 18.000 BTUS Linha Paraná (20 km)	SERV.	2	R\$ 508,00	R\$ 1.016,00
66	Reposição de gás ar condicionado 18.000 BTUS Linha Paraná (20 km)	KG	1	R\$ 398,67	R\$ 398,67
TOTAL					R\$ 1.414,67
LOTE 39					



MUNICÍPIO DE
PRUDENTÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

67	Manutenção Ar-condicionado 9.000 BTUS (Cachoeirinha).	SERV.	1	R\$ 515,45	R\$ 515,45
68	Reposição de Gás Ar-condicionado 9.000 BTUS (Cachoeirinha).	KG	1	R\$ 380,97	R\$ 380,97
TOTAL					R\$ 896,42
LOTE 40					
69	Manutenção ar condicionado 18.000 BTUS Cachoeirinha (50 km)	SERV.	2	R\$ 579,42	R\$ 1.158,84
70	Reposição de gás ar condicionado 18.000 BTUS Cachoeirinha (50 km)	KG	1	R\$ 452,00	R\$ 452,00
TOTAL					R\$ 1.610,84
LOTE 41					
71	Manutenção Ar-condicionado 18.000 BTUS (Perobas 44 km)	SERV.	2	R\$ 617,36	R\$ 1.234,72
72	Reposição de Gás Ar- condicionado 18.000 BTUS (Perobas 44 km)	KG	1	R\$ 430,97	R\$ 430,97
TOTAL					R\$ 1.665,69
LOTE 42					
73	Manutenção Ar-condicionado 12.000 (Piquiri)	SERV.	1	R\$ 646,79	R\$ 646,79
74	Reposição de Gás Ar- condicionado 12.000 (Piquiri)	KG	1	R\$ 478,67	R\$ 478,67
TOTAL					R\$ 1.125,46
LOTE 43					



75	Manutenção Ar-condicionado 18.000 (Piquiri)	SERV.	5	R\$ 584,38	R\$ 2.921,90
76	Reposição de Gás Ar- condicionado 18.000 (Piquiri)	KG	3	R\$ 452,00	R\$ 1.356,00
TOTAL					R\$ 4.277,90
LOTE 44					
77	Manutenção Ar-condicionado 9.000 BTUS (Tijuco Preto 30 km).	SERV.	3	R\$ 527,51	R\$ 1.582,53
78	Reposição de gás Ar-condicionado 9.000 BTUS (Tijuco Preto 30 km).	KG	2	R\$ 418,67	R\$ 837,34
TOTAL					R\$ 2.419,87
LOTE 45					
79	Manutenção ar condicionado 12.000 BTUS Tijuco Preto (30 km)	SERV.	3	R\$ 538,54	R\$ 1.615,62
80	Reposição de gás ar condicionado 12.000 BTUS Tijuco Preto (30 km)	KG	2	R\$ 406,67	R\$ 813,34
TOTAL					R\$ 2.428,96
LOTE 46					
81	Manutenção Ar-condicionado 18.000 BTUS (Tijuco Preto 30 km).	SERV.	1	R\$ 561,69	R\$ 561,69
82	Reposição de gás Ar-condicionado 18.000 BTUS (Tijuco Preto 30 km).	KG	1	R\$ 435,33	R\$ 435,33
TOTAL					R\$ 997,02
LOTE 47					
83	Manutenção ar condicionado 12.000 BTUS Rio da Areia (18 km)	SERV.	4	R\$ 760,63	R\$ 3.042,52



MUNICÍPIO DE
PRUDENTÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

84	Reposição de gás ar condicionado 12.000 BTUS Rio da Areia (18 km)	KG	2	R\$ 418,67	R\$ 837,34
TOTAL					R\$ 3.879,86
LOTE 48					
85	Manutenção Ar-condicionado 9.000 BTUS (Herval)	SERV.	1	R\$ 636,33	R\$ 636,33
86	Reposição de Gás Ar- condicionado 9.000 BTUS (Herval)	KG	1	R\$ 414,30	R\$ 414,30
TOTAL					R\$ 1.050,63
LOTE 49					
87	Manutenção Ar-condicionado 12.000 BTUS (Herval)	SERV.	1	R\$ 680,12	R\$ 680,12
88	Reposição de Gás Ar-condicionado 12.000 BTUS (Herval)	KG	1	R\$ 462,00	R\$ 462,00
TOTAL					R\$ 1.142,12
LOTE 50					
89	Manutenção Ar-condicionado 18.000 BTUS (Herval)	SERV.	1	R\$ 622,40	R\$ 622,40
90	Reposição de Gás Ar- condicionado 18.000 BTUS (Herval)	KG	1	R\$ 435,33	R\$ 435,33
TOTAL					R\$ 1.057,73
LOTE 51					
91	Manutenção Ar-condicionado 9.000 BTUS (Papanduva de Cima, 22 km).	SERV.	4	R\$ 556,33	R\$ 2.225,32
92	Reposição de gás Ar-condicionado	KG	2	R\$ 397,63	R\$ 795,26



9.000	BTUS (Papanduva de Cima, 22 km).				
TOTAL					R\$ 3.020,58

8.2. DO PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

8.2.1. O preço total máximo admitido para a licitação será de: **R\$ 363.050,10 (trezentos e sessenta e três mil, cinquenta reais e dez centavos).**

9. DOS PREÇOS REFERENCIAIS

9.1. Os preços referenciais do presente Termo foram coletados pela Divisão de Orçamentos do Departamento de Licitação, sendo desta a total responsabilidade quanto à coleta e processamento das informações, e representam **preços médios** dos orçamentos, conforme anexos que integram o processo inaugural.

10. DA NATUREZA E GARANTIA DO OBJETO

10.1. **Natureza:** Serviço comum de natureza não continuada;

10.2. **Garantia:** Se aplica. Garantia mínima de 03 (três) meses, período em que se constatada irregularidade no serviço deverá refazer por sua conta.

11. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO OBJETO

11.1. Não se aplica.

12. DAS AMOSTRAS

12.1. Não se aplica.

13. HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. Por se tratar de manutenção de equipamentos, necessita de assistência técnica, cumprindo assim a garantia do referido serviço.

14. FORMA DE CONTRATAÇÃO

14.1. **Pregão Eletrônico.**



15. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Menor preço por **LOTE**, considerando que as manutenções são acompanhadas de troca de gás, e a mesma empresa deve executar ambos os serviços em conjunto.

16. DA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Sim. Por se tratar de aquisição parcelada e incerteza da quantidade a ser adquirida.

17. DO SIGILO NO ORÇAMENTO ESTIMADO

17.1. Não se aplica.

18. DA PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1. Sim, considerando os limites dispostos na Lei 123/2006.

19. DA VISTORIA

19.1. Não se aplica.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. As proponentes deverão apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo;

20.2. Certidão de acervo técnico do Profissional – CAT emitido pelo CREA com registro de atestado;

20.3. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, na qual conste o Responsável Técnico da empresa, com atribuições do objeto do edital que será o responsável pela execução do serviço, devidamente acompanhada de Certidão de Registro de Pessoa Física, ambas emitidas pelo CREA, certificando que tanto o profissional quanto a Empresa licitante encontram-se regularmente registrados no Conselho Regional do respectivo Estado. (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia nos termos do artigo 59 da Lei 5.194);

20.4. Comprovação de vínculo empregatício entre o Responsável Técnico, elencado no item anterior, e a proponente, mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho do responsável pelo serviço e/ou da ficha de registro da empresa, ou de outro documento;



20.5. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou Contrato Social.

21. DOS CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Conforme dispostos nos ETPs das áreas demandantes.

22. DOS RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA

22.1. Não se aplica, visto que o processo não apresenta análise de risco.

23. DA GARANTIA PARA HABILITAÇÃO OU CONTRATUAL

23.1. Não se aplica.

24. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

24.1. A Detentora da ARP deverá realizar os serviços, conforme demanda solicitada pela Prefeitura de Prudentópolis, mediante agendamento com os fiscais de ARP, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da correspondente Nota, nos locais e condições estabelecidos, em horário comercial, sem custos adicionais;

24.2. O envio da Nota de Empenho à Contratada poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação;

24.3. A Detentora da ARP deverá refazer os serviços realizados em desacordo com as especificações, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do momento da solicitação;

24.4. É de responsabilidade da Detentora da ARP acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis, para fins de prestação dos serviços registrados;

24.4.1. Cada secretaria solicitante informara a Contratada posteriormente o local a realização dos serviços a serem prestados.

24.5. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

24.5.1. A instalação de condicionadores de ar, com até 2 (dois) metros de distância das unidades evaporadora e condensadora, inclui todos os materiais necessários à execução do serviço, tubo de cobre com as devidas bitolas, esponjoso, cabo elétrico PP, fita térmica em PVC, abraçadeira, parafuso, buchas e suportes da unidade condensadora nos prédios da Prefeitura de Prudentópolis;

24.5.2. A manutenção compreende a realização dos serviços programados conforme procedimentos estabelecidos, especialmente em relação ao seguinte:

- Limpeza e substituição de filtro;



- Retirar aparelho do lugar para higienização completa, incluindo a bandeja e alteado;
- Higienização completa (lavagem) do evaporador e condensador,
- Retirando o evaporador do lugar instalado para viabilizá-la, no caso de condicionadores do tipo split;
- Retirar ferrugem e retocar pintura aplicando antiferrugem e tinta adequada;
- Retirada de ruídos anormais;
- Reposição de gás;
- Outros serviços correlatos.

25. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

25.1. O objeto deste Termo de Referência será recebido, por fiscal designado, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a presente especificação;
- b) Definitivamente, em até 5 (cinco) dias após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação;

25.2. O recebimento definitivo não exime a Contratada de providenciar as devidas correções de falhas verificadas posteriormente, vinculadas à garantia do objeto.

25.3. O objeto deverá corresponder as especificações do descritivo do item 8 deste termo de referência.

25.4. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

26. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

26.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento da presente licitação será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

I. Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1º desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro rata diem, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento,



multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

II. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.

27.2. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto do Contrato e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto do Contrato;

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso;

27.3. A Detentora da ARP suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado na ARP;

27.4. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da ARP;

I) A fiscalização deverá basear-se nos produtos entregues e será feita pelo fiscal da ARP;

27.5. O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

a) execução em desacordo com o avençado;

b) existência de débito de qualquer natureza com o Município;

c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas no Contrato;

27.6. A proponente vencedora deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do Contrato (***Pregão Eletrônico nº 000/0000 e Ata de Registro de Preços nº 000/0000***);

27.7. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento dos produtos, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa;

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será liquidada;

A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP 84.400-000

27.8. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes;

I – Os tributos a serem retidos pelo Município:



a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a IN RFB nº 971, de 2009;

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações;

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023;

II – O MUNICÍPIO deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação e do Contrato;

27.9. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/PR. Sendo obrigação da Contratada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.

28. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

28.1. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (Art. 134 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021).

29. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

29.1. A fiscalização da ARP ficará a cargo dos servidores e com seus fiscais substitutos lotados em suas respectivas secretarias:

a) **Secretaria Municipal de Agricultura:** Fabio Henrique Kowaski.

b) **Secretaria Municipal de Assistência Social:** Silvane Kiczevi dos Santos.

c) **Secretaria Municipal de Cultura:** Amanda Perbeline dos Santos.

d) **Secretaria Municipal de Educação:** Ezequiel Parteka Junior e Joelma Sluzovski.

e) **Secretaria Municipal de Esportes e Recreação:** Marcos Cesar Bozatski.

f) **Secretaria Municipal de Planejamento e Obras;** Osmar Snakevicz e Emerson Polovei.

g) **Secretaria Municipal de Saúde:** Erica Moleta Bini.



h) Secretaria Municipal de Turismo: Paulo Roberto Alves de Ramos e Fábio Preisner Saraiva.

i) Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura: Thiago Henrique Paizani.

29.1.1. Ler minuciosamente a ARP, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

29.1.2. Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado na ARP;

29.1.3. Anotar em documento próprio as ocorrências;

29.1.4. Determinar a correção de falhas ou defeitos;

29.1.5. Aplicar à Detentora da ARP as sanções administrativas de sua competência;

29.1.6. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc;

29.1.7. Atestar o recebimento definitivo dos objetos licitados;

29.1.7. A **gestão** da (s) Ata (s) de Registro de Preço (s) ficará a cargo dos **secretários das pastas solicitantes**;

29.1.8. Ficam, os Fiscais e os Gestores, cientes da publicação do (s) Contrato (s) após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no Site Oficial do Município pela Divisão de Contratos.

30. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

30.1. A contratante obriga-se a:

30.1.1. Exigir da Contratada o fiel cumprimento do Edital e ARP;

30.1.2. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da ARP para que esta possa fornecer o objeto dentro do prazo e normas estabelecidos na ARP;

30.1.3. Atestar o recebimento do objeto, notificando a Detentora da ARP quando verificado algum problema;

30.1.4. Solicitar a substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;

30.1.5. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na ARP;

30.1.6. Notificar a Detentora da ARP por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na realização do fornecimento do objeto.

31. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

31.1. A Detentora da ARP obriga-se a:



-
- 31.1.1.** Efetuar a entrega do objeto, devidamente instalado quando foi o caso, em perfeitas condições, no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital, ARP e proposta, primando pela qualidade, celeridade e eficiência, sem custos adicionais;
- 31.1.2.** Efetuar a troca dos produtos entregues, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas no Edital ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, refazer os serviços que constatar-se executados em desconformidade, sem qualquer ônus para o Município;
- 31.1.3.** Efetuar a entrega do objeto, sempre que solicitado, nos locais indicados na respectiva Nota de Requisição de Empenho;
- 31.1.4.** A contratada deverá assegurar garantia contra defeito de fabricação ou problemas;
- 31.1.5.** Responder a todos os ônus referentes ao objeto ora contratado, desde os salários do pessoal nele empregado, como também encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham incidir sobre a ARP;
- 31.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas na ARP, salvo autorização expressa da Contratante;
- 31.1.7.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO;
- 31.1.8.** Havendo necessidade de remoção e substituição do objeto em decorrência de defeitos de fabricação, o transporte e os custos ficarão a cargo da Detentora da ARP;
- 31.1.9.** Manter, durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 31.1.10.** Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;
- 31.1.11.** Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes da ARP;
- 31.1.12.** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- 31.1.13.** A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto sem prévia solicitação da Contratante;
- 31.1.14.** Atender as demais condições descritas no Edital, Termo de Referência, e Nota de empenho;

32. DAS SANÇÕES

32.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na entrega do material ou execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a Detentora da ARP sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislação pertinente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

33. DA CLÁUSULA ANTIFRAUDE E CORRUPÇÃO

33.1. Os licitantes devem observar e a Detentora da ARP deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratado;

33.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

33.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

33.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

33.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

33.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

33.2.5. “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

33.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas,



coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

33.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da ARP.

34. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

34.1. Conforme indicação do Departamento de Contabilidade;

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. A ARP poderá ser rescindido pela Prefeitura de Prudentópolis, de acordo com as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas no Edital, bem como das medidas legais cabíveis;

35.2. Situações não relacionadas neste Termo de Referência serão avaliadas observando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

36. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

36.1. Os Secretários Municipais das pastas solicitantes, nos usos de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações, declaram que leram, conhecem e aprovam integralmente o presente Termo de Referência.

Prudentópolis, 13 de abril de 2026.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Dados da Empresa	(CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, nome do responsável pela assinatura da Ata de RP, número de telefone, fixo e/ou celular)				
Dados para Pagamento	(Banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento)				
Lote/Item	Descrição Marca Fabricante Modelo	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor Total da Proposta					R\$

Validade da proposta:

Valor máximo por extenso:

Prazo de Entrega:

Local e data.

(assinatura do responsável)



ANEXO III

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº-----/2026

Ata de Registro de Preços firmada entre o Município de Prudentópolis e ----- conforme licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90xxx/2026.

O Município de Prudentópolis, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 77.003.424/0001-34, sediada à Rua Rui Barbosa, 801, nesta cidade, devidamente representada pelo seu Prefeito Municipal Adelmo Luiz Klosowski, brasileiro, casado, portador de RG nº 1.462.650-6/Pr e inscrito no CPF sob nº 411.324.249-68, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, 640, nesta cidade, doravante nesta Ata de RP denominada simplesmente de GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO; e de outro lado _____, denominada REGISTRADA, acordam em registrar os preços indicados na presente ata de registro de preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no Art. 82 da Lei 14133/2021 e demais legislação aplicável, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, em conformidade as condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico nº 90xxx/2026**, pelos termos da proposta da registrada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente a Ata de Registro de Preços tem por objeto a contratação de empresa para manutenção de ar condicionado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

§1º Em decorrência da proposta apresentada e homologada, ficam registrados os preços indicados a seguir:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

§2º A Prefeitura Municipal de Prudentópolis pagará a Empresa Registrada o valor de R\$



(.....).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

§1º A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas no Edital da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico sob o número 90xxx/2026**, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativas ao objeto contratual, particularmente quanto a (ao):

- I) Edital de Licitação, bem como todos os seus anexos;
- II) Termo de referência, bem como todos os seus anexos; e,
- III) Proposta da registrada e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§1º Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- I) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- III) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§2º A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

I) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

§3º Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§4º O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



§5º Dos limites para as adesões:

I) As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na ata de registro de preços.

II) O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

III) A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item I, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

§6º É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

§1º Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a **vigência de 12 (doze) meses**, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município.

§2º No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

§3º O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

§4º O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

I) Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

§5º A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

I) O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



§6º Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

§7º Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

§8º Haverá cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§9º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

II) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

§10º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

§11º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

I) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§12º A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

§1º Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o órgão gerenciador pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

§2º A subcontratação depende de autorização prévia do Município, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

I) A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§3º É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta



mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

§1º Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea “d” da Lei 14133/2021.

§2º A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei 14133/2021.

§3º O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente e desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

§4º Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I) O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

§5º Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II) Cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) dos elementos formadores do novo preço;

III) Cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.



§6º Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

§7º Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5º.

§8º A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

I) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

II) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

III) A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV) O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.

§9º Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

I) A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

II) A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

§10º Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

I) Ausência de elevação dos encargos do particular;

II) Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III) Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;

IV) Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

§11º Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.

§12º Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.



§13º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II – Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

§14º Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§15º Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.

§16º O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

(NO CASO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)

§17º DO REAJUSTE

I) Os valores pactuados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com a variação no IPCA, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

II) A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos fixados no art. 92, §4º, da Lei 14.133/2021.

III) O reajustamento deverá ser concedido pelo órgão gerenciador independente de requerimento da CONTRATADA, em até 60 dias contados da data base, devendo ser registrado mediante simples apostilamento contratual nos autos do processo de gestão e fiscalização do contrato.

IV) No caso da concessão automática do reajustamento indicado no parágrafo anterior, deverá a CONTRATADA ser notificada previamente em relação ao índice a ser aplicado, podendo contraditar justificadamente no prazo de até 5 dias úteis.

V) O direito ao reajuste contratual poderá ser denegado totalmente, ou negociado em relação a seu quantum, por acordo entre as partes, sendo devidamente registrado no respectivo apostilamento contratual.

VI) A regra de reajuste prevista poderá ser objeto de alteração, inclusive quanto ao índice e metodologia, por acordo entre as partes, desde que não represente desequilíbrio econômico-financeiro injusto ao erário.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

§1º A Detentora da ARP deverá realizar os serviços, conforme demanda solicitada pela Prefeitura de Prudentópolis, mediante agendamento com os fiscais de ARP, em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento da correspondente Nota, nos locais e condições estabelecidos, em horário



comercial, sem custos adicionais;

I) O envio da Nota de Empenho à Contratada poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação.

§2º A Detentora da ARP deverá refazer os serviços realizados em desacordo com as especificações, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas do momento da solicitação;

§3º Cada secretaria solicitante informará a Contratada posteriormente o local a realização dos serviços a serem prestados.

§4º DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

I) A instalação de condicionadores de ar, com até 2 (dois) metros de distância das unidades evaporadora e condensadora, inclui todos os materiais necessários à execução do serviço, tubo de cobre com as devidas bitolas, esponjoso, cabo elétrico PP, fita térmica em PVC, abraçadeira, parafuso, buchas e suportes da unidade condensadora nos prédios da Prefeitura de Prudentópolis;

II) A manutenção compreende a realização dos serviços programados conforme procedimentos estabelecidos, especialmente em relação ao seguinte:

- a.** Limpeza e substituição de filtro;
- b.** Retirar aparelho do lugar para higienização completa, incluindo a bandeja e alçado;
- c.** Higienização completa (lavagem) do evaporador e condensador,
- d.** Retirando o evaporador do lugar instalado para viabilizá-la, no caso de condicionadores do tipo split;
- e.** Retirar ferrugem e retocar pintura aplicando antiferrugem e tinta adequada;
- f.** Retirada de ruídos anormais;
- g.** Reposição de gás;
- h.** Outros serviços correlatos.

§5º É de responsabilidade da Detentora da ARP acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis, para fins de prestação dos serviços registrados;

§6º DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

I) O presente objeto será recebido, por fiscal designado, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente** – no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a presente especificação;
- b) Definitivamente** – em até 5 (cinco) dias após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação;



II) O recebimento definitivo não exime a Contratada de providenciar as devidas correções de falhas verificadas posteriormente, vinculadas à garantia do objeto.

§7º Os serviços deverão corresponder as especificações dos descritivos do Item 8 do Termo de Referência (Anexo I).

§8º Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

§9º DA GARANTIA

I) Garantia mínima de 03 (três) meses, período em que se constatada irregularidade no serviço deverá refazer por sua conta.

§10º HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA

I) Por se tratar de manutenção de equipamentos, haverá assistência técnica durante o período de garantia, para assegurar o correto funcionamento dos serviços realizados.

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1º O pagamento do presente contrato será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a execução dos serviços/entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

I) Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1º desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro *rata diem*, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

II) Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.

§2º O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto da Ata de RP e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da Ata de RP.

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso.

§3º A empresa Registrada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha



vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado na Ata de RP.

D) A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP 84.400.000

§4º Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da Ata de RP.

D) A fiscalização deverá basear-se no objeto entregue e será feita pelo fiscal da Ata de RP.

§5º O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a)** execução em desacordo com o avençado;
- b)** existência de débito de qualquer natureza com o órgão gerenciador da Ata de RP;
- c)** não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§6º A proponente registrada deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº da Ata de RP (***Pregão Eletrônico nº 90xxx/2026 e Ata de Registro de Preços nº xxx/xxxx***).

§7º Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento do objeto, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

D) Em caso de não constar esses dados, a nota não será liquidada.

§8º Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes.

I – Os tributos a serem retidos pelo Órgão Gerenciador da Ata de RP:

- a)** Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a Instrução Normativa RFB nº 2110/2022.
- b)** Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações.
- c)** Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023.

II – O órgão gerenciador da Ata de RP deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei.

§9º Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza,



disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr. **Sendo obrigação da registrada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.**

CLÁUSULA NONA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

§1º Os recursos financeiros para o cumprimento do presente registro de preços ficarão por conta das dotações orçamentárias, conforme **ANEXO IV**.

§2º As dotações orçamentárias dos exercícios seguintes deverão ser registradas mediante apostilamento ao presente contrato, nos termos fixados no art. 136, inc. IV, Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITO DAS PARTES

Constituem direitos do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP receber o objeto desta ata e exigir o cumprimento do mesmo nas condições avençadas, e da REGISTRADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§1º CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO (Gerenciador da Ata de RP)

- I)** Exigir da Detentora da ARP o fiel cumprimento do Edital e ARP;
- II)** Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da ARP para que esta possa fornecer o serviço dentro do prazo e normas estabelecidos na ARP;
- III)** Atestar o recebimento do serviço notificando a Detentora da ARP quando verificado algum problema;
- IV)** Solicitar a substituição/refazimento do objeto/serviço que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;
- V)** Disponibilizar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste processo;
- VI)** Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na ARP;
- VII)** Notificar a Detentora da ARP por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na realização do fornecimento do objeto.

§2º CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

- I)** Prestar o serviço, devidamente instalado quando foi o caso, em perfeitas condições, no prazo



indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital, ARP e proposta, primando pela qualidade, celeridade e eficiência, sem custos adicionais;

II) Prestar o serviço, sempre que solicitado, nos locais indicados na respectiva Nota de Requisição de Empenho;

III) Efetuar a troca dos produtos entregues, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas no Edital ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, refazer os serviços que constatar-se executados em desconformidade, sem qualquer ônus para o Município;

IV) Havendo necessidade de remoção e substituição do objeto em decorrência de defeitos de fabricação, o transporte e os custos ficarão a cargo da Detentora da ARP;

V) Responder a todos os ônus referentes ao objeto ora contratado, desde os salários do pessoal nele empregado, como também encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham incidir sobre a ARP;

VI) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Prefeitura de Prudentópolis e/ou a terceiros, resultante do fornecimento de objeto de baixa qualidade ou incompatível com as especificações exigidas para seu uso;

VII) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO;

VIII) Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

IX) Manter, durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

X) Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes da ARP;

XI) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

XII) A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto sem prévia emissão da correspondente Requisição de Empenho;

XIII) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas em ARP, salvo com autorização expressa da Prefeitura de Prudentópolis.



XIV) Manter atualizado, durante a vigência do presente instrumento, o endereço, número de telefone fixo, celular com aplicativo WhatsApp, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;

XV) Atender as demais condições descritas no Edital, Termo de Referência, e Nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

§1º A empresa registrada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I – Dar causa à inexecução parcial da Ata de RP;

II – Dar causa à inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Dar causa à inexecução total da Ata de RP;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de RP;

IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de RP;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2º Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §1º as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§3º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;



III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§4º A sanção prevista no §2º inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§5º No caso de inexecução parcial injustificada:

I) No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na execução do objeto, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto;

II) Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando injustificadamente, a registrada deixar de executar algum serviço solicitado, não sendo este considerado a totalidade da Ata de RP;

III) No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total da Ata de RP;

IV) No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§6º Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

I) Injustificadamente, a contratada não executar nenhum dos serviços solicitados, na totalidade da Ata de RP e durante sua vigência;

II) O atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados (integralmente), previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

III) No caso de inexecução total, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total da Ata de RP;

IV) No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§7º A sanção prevista no inciso II do §2º, calculada na forma do edital ou da Ata de RP, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da Ata de RP e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no §1º.

§8º A sanção prevista no inciso III do §2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo



máximo de 3 (três) anos.

§9º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do §2º poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§10º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, para pagamento da diferença será emitido guia ou será cobrada judicialmente.

§11º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§12º Na aplicação da sanção prevista no inciso II do §2º, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§13º A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§14º É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II) Pagamento da multa;

III) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

VI) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do §1º exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§15º Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO



§1º A inexecução total ou parcial da Ata de RP ensejará sua extinção, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto no art. 138 da Lei nº 14.133/21 e possíveis alterações posteriores, são motivos para extinção da Ata de RP:

I – O não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos.

II – O cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos.

III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos serviços ou objetos, nos prazos estipulados.

IV – O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega do objeto.

V – O não cumprimento dos prazos, sem justa causa e prévia comunicação ao órgão gerenciador da Ata de RP.

VI – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Registrada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas nesta Ata de RP.

VII – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 117, da Lei nº 14.333/21.

IX – Fraude ou execução incorreta do objeto desta Ata de RP sem justa causa;

X – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

XI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de RP.

XII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere a Ata de RP.

§2º A Extinção desta Ata de RP poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III – Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

IV – A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no



respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DA ATA DE RP

§1º A fiscalização da ARP ficará a cargo dos servidores e seus fiscais substitutos a seguir nominados:

- a) Secretaria Municipal de Agricultura:** Fabio Henrique Kowaski.
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social:** Silvane Kiczevi dos Santos.
- c) Secretaria Municipal de Cultura:** Amanda Perbeline dos Santos.
- d) Secretaria Municipal de Educação:** Ezequiel Parteka Junior e Joelma Sluzovski.
- e) Secretaria Municipal de Esportes e Recreação:** Marcos Cesar Bozatski.
- f) Secretaria Municipal de Planejamento e Obras;** Osmar Snakevicz e Emerson Polovei.
- g) Secretaria Municipal de Saúde:** Erica Moleta Bini.
- h) Secretaria Municipal de Turismo:** Paulo Roberto Alves de Ramos e Fábio Preisner Saraiva.
- i) Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura:** Thiago Henrique Paizani.

§2º Os fiscais e seus substitutos terão, entre outras, as seguintes atribuições:

- I)** Ler minuciosamente a Ata de Registro de Preços, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- II)** Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;
- III)** Anotar em documento próprio as ocorrências;
- IV)** Determinar a correção de falhas ou defeitos;
- V)** Aplicar à Detentora da Ata as sanções administrativas de sua competência;
- VI)** Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

§3º A gestão da (s) Ata (s) de Registro de Preço (s) ficará a cargo dos secretários das pastas solicitantes.

§4º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da REGISTRADA, pelos danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.

§5º A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP, não elide nem diminui a responsabilidade da REGISTRADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP ou do servidor designado para a fiscalização.



§6º Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP notificará a REGISTRADA para, no prazo estipulado na notificação, proceder à regularização.

§7º Ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP não caberá qualquer ônus pela rejeição dos objetos considerados inadequados.

§8º As comunicações entre ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP e REGISTRADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§9º Ficam os Fiscais e os Gestores das ATAS cientes da publicação das mesmas após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

§1º Os casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador da Ata de RP, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

§1º Incumbirá ao órgão gerenciador da Ata de RP divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1º Adota-se nesta licitação e na Ata de RP, a presente Cláusula Especial de Combate à Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução Ata de RP;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;



c) PRÁTICA COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução da Ata de RP;

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii) Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1º Garantir o cumprimento da Lei Federal 13.709 de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (a “LGPD”), de acordo com, mas não limitado à, os seguintes critérios:

D) Não realizar qualquer tratamento de Informações Pessoais, entendidas como informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável vinculadas ao Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais para processamento de dados pessoais;



II) Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança das Informações Pessoais;

III) Realizar tratamento de Informações Pessoais com o propósito de cumprir as suas obrigações contratuais;

IV) Não permitir ou facilitar o tratamento de Informações Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja a de cumprir as obrigações contratuais.

§2º A registrada fica ciente de que dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sexta e lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1º Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14133/21 e alterações.

§2º Reserva-se ao Município o direito de recusar objeto entregue em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a Registrada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;

§3º Reserva-se ao órgão gerenciador da Ata de RP o direito de não utilizar os itens na sua integralidade, tendo em vista que trata-se de Registro de Preços.

§4º A detentora da Ata deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração nos dados cadastrais para fins de atualização cadastral.

§5º O órgão gerenciador da Ata de RP enviará o resumo desta Ata de Registro de Preço à publicação no Diário Oficial do Município de Prudentópolis, sem prejuízo de disponibilização da íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Prudentópolis/PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam a presente Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do órgão gerenciador Município de Prudentópolis/Paraná.

Prudentópolis, de de 2026.



MUNICÍPIO DE

PRUDENTÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Município de Prudentópolis

Adelmo Luiz Klosowski

Órgão Gerenciador

Detentora da Ata de RP

Testemunhas:

1) _____

Nome:

2) _____

Nome:



MUNICÍPIO DE

PRUDENTÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em : 17/04/2026

Equiplano

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					3.306.000,00	3.306.000,00	708.370,29	2.597.629,71
001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL					3.305.000,00	3.305.000,00	708.370,29	2.596.629,71
04.122.2050.2008	APOIO AO ENSINO SUPERIOR				720.000,00	720.000,00	135.875,97	584.124,03
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
00560	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	720.000,00	720.000,00	135.875,97	584.124,03
04.122.2050.2009	ATIVIDADES DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO GERAL				2.585.000,00	2.585.000,00	572.494,32	2.012.505,68
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
00710	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	2.584.000,00	2.584.000,00	572.230,62	2.011.769,38
00720	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados	1.000,00	1.000,00	263,70	736,30
002 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS					1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.122.2050.2010	ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS				1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
00820	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04 SECRETARIA DE FINANÇAS					209.000,00	209.000,00	25.509,17	183.490,83
001 DEPARTAMENTO DE TESOOURARIA					203.000,00	203.000,00	25.509,17	177.490,83
04.123.2060.2012	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TESOOURARIA				203.000,00	203.000,00	25.509,17	177.490,83
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
00930	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	203.000,00	203.000,00	25.509,17	177.490,83
002 DEPARTAMENTO DE RECEITA, FISCALIZAÇÃO E PROTOCOLO					6.000,00	6.000,00	0,00	6.000,00
04.123.2060.2018	ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE RECEITA, FISCALIZAÇÃO E PROTOCOLO				6.000,00	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
01160	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00	6.000,00	0,00	6.000,00
05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					2.135.850,00	2.290.850,00	585.721,00	1.705.129,00
001 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					242.000,00	242.000,00	48.517,70	193.482,30
12.361.2080.2021	ATIVIDADES ADMINISTRATIVO EDUCACIONAIS				240.000,00	240.000,00	48.517,70	191.482,30
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
01500	E	00103	0103/01/01/00/00	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	39.000,00	39.000,00	5.573,90	33.426,10
01510	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	201.000,00	201.000,00	42.943,80	158.056,20
12.366.2080.2022	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
01650	E	00103	0103/01/01/00/00	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01660	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
002 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL					1.377.000,00	1.532.000,00	517.409,59	1.014.590,41
12.361.2080.2025	EXECUÇÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS - EDUCAÇÃO				300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
01750	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
12.361.2080.2026	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				217.000,00	217.000,00	70.346,83	146.653,17

Emitido por: LUIZ MARCELO ANTONIO, na versão: 5538 u

17/04/2026 14:19:40

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em : 17/04/2026

Equiplano

Página:2

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
01860	E	00103	0103/01/01/00/00	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	68.000,00	68.000,00	80,18	67.919,82
01870	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	148.000,00	148.000,00	69.885,92	78.114,08
01880	E	00141	1013/09/01/05/18	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	1.000,00	1.000,00	380,73	619,27
12.361.2080.2027	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				860.000,00	1.015.000,00	447.062,76	567.937,24
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
02150	E	00103	0103/01/01/00/00	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	289.000,00	289.000,00	0,00	289.000,00
02160	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	570.000,00	570.000,00	305.187,43	264.812,57
02170	E	00107	0107/99/01/00/00	Salário-Educação	1.000,00	1.000,00	93,58	906,42
02175	E	00167	1044/09/01/06/00	FNDE - PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	0,00	0,00	0,00	0,00
02175	EA	00167	1044/09/01/06/00	FNDE - PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	0,00	155.000,00	141.781,75	13.218,25
02176	E	01072	1072/03/99/01/02	Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA ITAIPU M	0,00	0,00	0,00	0,00
003	DEPARTAMENTO DE ENSINO - FUNDEB				1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
12.361.2080.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB				1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
02520	E	00102	0102/02/01/00/00	Fundeb 30%	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
004	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				515.850,00	515.850,00	19.793,71	496.056,29
12.365.2080.2039	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL				515.850,00	515.850,00	19.793,71	496.056,29
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
02920	E	00103	0103/01/01/00/00	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	148.000,00	148.000,00	0,00	148.000,00
02930	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	367.850,00	367.850,00	19.793,71	348.056,29
06	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				46.000,00	46.000,00	324,29	45.675,71
001	DEPARTAMENTO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				46.000,00	46.000,00	324,29	45.675,71
22.661.2110.2045	MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DE ATIVID. DE IND.E COM				46.000,00	46.000,00	324,29	45.675,71
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
03320	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	46.000,00	46.000,00	324,29	45.675,71
07	SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO				624.000,00	623.000,00	212.553,21	410.446,79
001	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E RECREAÇÃO				624.000,00	623.000,00	212.553,21	410.446,79
27.812.2130.2047	EXECUÇÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS - ESPORTES				125.000,00	125.000,00	4.572,41	120.427,59
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
03380	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	125.000,00	125.000,00	4.572,41	120.427,59
27.812.2130.2048	MANUTENÇÃO E APRIMOR. DE ATIVIDADES DO DPTO DE ESP. E RECREAÇÃO				499.000,00	498.000,00	207.980,80	290.019,20
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
03490	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	499.000,00	498.000,00	207.980,80	290.019,20
08	SECRETARIA DE SAÚDE				7.044.200,00	8.135.200,80	3.713.126,77	4.422.074,03
001	DEPARTAMENTO DE SAÚDE				4.000,00	4.000,00	1.124,60	2.875,40
10.301.2070.2049	ATIVIDADES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				4.000,00	4.000,00	1.124,60	2.875,40

Emitido por: LUIZ MARCELO ANTONIO, na versão: 5538 u

17/04/2026 14:19:40

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 17/04/2026

Equiplano

Página:3

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)						Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
03600	E	00303	0303/01/02/00/00	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		4.000,00	4.000,00	1.124,60	2.875,40
002 FMS - ATENÇÃO BÁSICA						6.027.200,00	7.020.200,80	3.428.050,28	3.592.150,52
10.301.2070.2051	AÇÕES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE					2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
03730	E	00303	0303/01/02/00/00	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
03740	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
10.301.2070.2052	AÇÕES DA SAÚDE BUCAL					4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
03790	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
10.301.2070.2053	AÇÕES DO PISO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA					6.021.200,00	7.014.200,80	3.428.050,28	3.586.150,52
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
04020	E	00303	0303/01/02/00/00	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		4.500.000,00	4.500.000,00	1.605.800,67	2.894.199,33
04030	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.500.000,00	1.500.000,00	823.825,06	676.174,94
04035	E	01018	1018/12/99/00/00	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Incis		0,00	0,00	0,00	0,00
04035	EA	01018	1018/12/99/00/00	Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Incis		0,00	690.000,00	690.000,00	0,00
04040	E	01064	1064/09/02/06/20	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos piso		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04041	E	04942	0494/12/02/06/20	FNS - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE		0,00	1.927,94	1.927,94	0,00
04041	EA	04942	0494/12/02/06/20	FNS - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE		0,00	111.072,86	111.072,86	0,00
04032	E	04943	0494/12/02/06/20	FNS - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
04052	E	04946	0494/12/02/06/20	FNS - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
04050	E	04950	0494/09/02/05/20	Atenção Básica		20.200,00	20.200,00	20.084,36	115,64
04050	EA	04950	0494/09/02/05/20	Atenção Básica		0,00	170.000,00	165.377,31	4.622,69
04051	E	04957	0495/09/02/05/20	FORTALECIMENTO DOS ATRIBUTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
04051	EA	04957	0495/09/02/05/20	FORTALECIMENTO DOS ATRIBUTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE		0,00	20.000,00	9.962,08	10.037,92
003 FMS - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR						343.000,00	361.000,00	191.067,88	169.932,12
10.302.2070.2054	ATIVIDADES DO BLOCO DE ATEN. DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR					14.000,00	19.000,00	806,63	18.193,37
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
04250	E	00303	0303/01/02/00/00	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04260	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		12.000,00	12.000,00	0,00	12.000,00
04270	E	04961	0496/09/02/05/20	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04271	E	04966	0494/09/02/05/20	SERVIÇOS PRESTADOS - PRODUÇÕES AMBULATORIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
04271	EA	04966	0494/09/02/05/20	SERVIÇOS PRESTADOS - PRODUÇÕES AMBULATORIAIS		0,00	5.000,00	806,63	4.193,37
10.302.2070.2056	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC - CAPS					329.000,00	342.000,00	190.261,25	151.738,75
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
04450	E	00303	0303/01/02/00/00	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04460	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		328.000,00	328.000,00	179.557,57	148.442,43

Emitido por: LUIZ MARCELO ANTONIO, na versão: 5538 u

17/04/2026 14:19:40

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em : 17/04/2026

Equiplano

Página:4

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
04465	E	04964	0496/09/02/05/20	CUSTEIO CAPS	0,00	0,00	0,00	0,00
04465	EA	04964	0496/09/02/05/20	CUSTEIO CAPS	0,00	13.000,00	10.703,68	2.296,32
004 FMS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE					52.000,00	52.000,00	6.072,92	45.927,08
10.304.2070.2058				PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
3.3.90.39.00.00				OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
04620	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
10.305.2070.2059				PROGRAMA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	48.000,00	48.000,00	6.072,92	41.927,08
3.3.90.39.00.00				OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
04760	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.000,00	6.000,00	0,00	6.000,00
04770	E	04973	0497/09/02/05/20	Pró Vigia-PR	42.000,00	42.000,00	6.072,92	35.927,08
005 FMS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA					43.000,00	43.000,00	9.256,09	33.743,91
10.301.2070.2060				ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	43.000,00	43.000,00	9.256,09	33.743,91
3.3.90.39.00.00				OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
04870	E	00303	0303/01/02/00/00	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04880	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	34.000,00	34.000,00	8.716,09	25.283,91
04890	E	00498	0498/09/02/06/20	Assistência Farmacêutica	8.000,00	8.000,00	540,00	7.460,00
006 FMS - GESTÃO DO SUS					1.000,00	81.000,00	77.555,00	3.445,00
10.301.2070.2061				QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO	1.000,00	81.000,00	77.555,00	3.445,00
3.3.90.39.00.00				OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
04940	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04945	E	04943	0494/12/02/06/20	FNS - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
04945	EA	04943	0494/12/02/06/20	FNS - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	0,00	80.000,00	77.555,00	2.445,00
007 FMS - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE					574.000,00	574.000,00	0,00	574.000,00
10.301.2070.2063				EXECUÇÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS - SAÚDE	574.000,00	574.000,00	0,00	574.000,00
3.3.90.39.00.00				OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
04990	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	574.000,00	574.000,00	0,00	574.000,00
09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					1.066.000,00	1.186.773,12	484.799,76	701.973,36
001 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					157.000,00	157.000,00	59.644,92	97.355,08
08.244.2090.2067				GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	100.000,00	100.000,00	44.732,87	55.267,13
3.3.90.39.00.00				OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
05150	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00	100.000,00	44.732,87	55.267,13
08.244.2090.2068				MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E CONFERÊNCIAS	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00				OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
05210	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
08.244.2090.2069				MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	56.000,00	56.000,00	14.912,05	41.087,95
3.3.90.39.00.00				OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				
05280	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	56.000,00	56.000,00	14.912,05	41.087,95

Emitido por: LUIZ MARCELO ANTONIO, na versão: 5538 u

17/04/2026 14:19:40

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em : 17/04/2026

Equiplano

Página:5

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)						Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						858.000,00	971.259,08	414.734,56	556.524,52
08.244.2090.2072		BENEFÍCIOS EVENTUAIS E/OU SOCIOASSISTENCIAIS				70.000,00	70.000,00	10.842,50	59.157,50
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
05350	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		70.000,00	70.000,00	10.842,50	59.157,50
08.244.2090.2073		GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				14.000,00	44.125,44	15.295,52	28.829,92
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
05460	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		10.000,00	40.000,00	12.757,51	27.242,49
05470	E	00815	0936/09/06/06/08	IGD - Bolsa Família		4.000,00	4.000,00	2.412,57	1.587,43
05471	E	00918	0936/09/06/06/08	IGD PAB (PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL)		0,00	0,00	0,00	0,00
05472	E	00936	0936/09/06/06/08	IGD SUAS		0,00	2,08	2,08	0,00
05472	EA	00936	0936/09/06/06/08	IGD SUAS		0,00	123,36	123,36	0,00
08.244.2090.2074		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL				702.000,00	735.133,64	335.064,13	400.069,51
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
05710	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		650.000,00	650.000,00	283.982,24	366.017,76
05736	E	00941	0935/09/06/05/07	PSE - PISO PARANAENSE DE ASSIST. SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
05720	E	00947	0941/09/06/06/26	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade		38.000,00	38.000,00	16.042,17	21.957,83
05730	E	01011	1011/09/06/05/19	PAS - PISO ÚNICO - FEAS		14.000,00	14.000,00	10.539,72	3.460,28
05735	E	01013	1011/09/06/05/19	FEAS - DELIBERAÇÃO 055/24 CEAS/PR - ACOLHIMENTO DE PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEF		0,00	21.200,00	12.566,36	8.633,64
05735	EA	01013	1011/09/06/05/19	FEAS - DELIBERAÇÃO 055/24 CEAS/PR - ACOLHIMENTO DE PESSOA IDOSA E PESSOA COM DEF		0,00	11.933,64	11.933,64	0,00
08.244.2090.2075		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				72.000,00	122.000,00	53.532,41	68.467,59
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
05970	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		14.000,00	14.000,00	7.877,46	6.122,54
05970	EA	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		0,00	50.000,00	17.105,99	32.894,01
05980	E	00817	0934/09/06/06/06	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS		58.000,00	58.000,00	28.548,96	29.451,04
003 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						14.000,00	14.000,00	12,55	13.987,45
08.243.2090.6078		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				14.000,00	14.000,00	12,55	13.987,45
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
06100	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		14.000,00	14.000,00	12,55	13.987,45
06101	E	00946	1005/03/04/01/01	FMDCA - FIA - FAMÍLIA ACOLHEDORA		0,00	0,00	0,00	0,00
06102	E	00970	0879/09/04/05/04	Fia - Incentivo Atenção à Criança e Adolescente		0,00	0,00	0,00	0,00
004 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO						35.000,00	34.514,04	3.532,88	30.981,16
08.241.2090.2079		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DO IDOSO				35.000,00	34.514,04	3.532,88	30.981,16
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
06140	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		35.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00
06146	E	00924	1011/09/99/05/18	INCENTIVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00
06147	E	00980	1011/09/99/05/18	PR VIAJA MAIS 60		0,00	0,00	0,00	0,00
06148	E	01012	1011/09/99/05/18	FUNDO DO IDOSO - VIAJA MAIS 60 FASE 2		0,00	0,00	0,00	0,00

Emitido por: LUIZ MARCELO ANTONIO, na versão: 5538 u

17/04/2026 14:19:40

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 17/04/2026

Equiplano

Página:6

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
06145	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00
06145	EA	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados	0,00	1.000,00	18,84	981,16
06149	E	09001	0900/03/06/02/11	Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011/CAMINHOS DO PR	0,00	0,00	0,00	0,00
06149	EA	09001	0900/03/06/02/11	Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011/CAMINHOS DO PR	0,00	3.514,04	3.514,04	0,00
005 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER					1.000,00	9.000,00	6.874,85	2.125,15
08.244.2090.2080	MAN DAS ATIV DO FUNDO MUN DE DIREITOS DA MULHER				1.000,00	9.000,00	6.874,85	2.125,15
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
06200	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06201	E	01004	1050/99/99/00/00	FMDM - PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES	0,00	0,00	0,00	0,00
06201	EA	01004	1050/99/99/00/00	FMDM - PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES	0,00	8.000,00	6.874,85	1.125,15
006 FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA					1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
08.242.2090.2081	MAN. DAS ATIV. DO FUNDO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA				1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
06260	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA					10.556.600,00	10.916.600,00	3.498.144,17	7.418.455,83
001 DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL					5.291.000,00	5.651.000,00	1.255.939,17	4.395.060,83
26.782.2100.2086	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL				5.291.000,00	5.651.000,00	1.255.939,17	4.395.060,83
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
06500	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	5.248.000,00	5.248.000,00	960.649,29	4.287.350,71
06505	E	00002	0002/01/07/00/00	Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	0,00	100.000,00	19.031,74	80.968,26
06510	E	00512	0512/99/99/00/00	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	1.000,00	1.000,00	2,71	997,29
06520	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados	25.000,00	185.000,00	180.772,09	4.227,91
06520	EA	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados	0,00	100.000,00	95.067,06	4.932,94
06530	E	01065	1065/99/99/00/00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	17.000,00	17.000,00	416,28	16.583,72
002 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS					5.265.600,00	5.265.600,00	2.242.205,00	3.023.395,00
06.182.2100.2087	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO BOMBEIRO COMUNITÁRIO				2.000,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
06660	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06670	E	00511	0511/01/07/00/00	Taxas - Prestação de Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
15.452.2100.2088 MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS					5.263.600,00	5.263.600,00	2.242.205,00	3.021.395,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
06880	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	1.000.000,00	1.000.000,00	596.466,37	403.533,63
06890	E	00507	0507/99/99/00/00	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	1.565.400,00	1.565.400,00	966.961,44	598.438,56
06900	E	00510	0510/01/07/00/00	Taxas - Exercício Poder de Polícia	1.000,00	1.000,00	31,86	968,14
06910	E	00511	0511/01/07/00/00	Taxas - Prestação de Serviços	2.696.200,00	2.696.200,00	678.745,33	2.017.454,67
06920	E	01065	1065/99/99/00/00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
11 SECRETARIA DE AGRICULTURA					239.000,00	239.000,00	48.715,92	190.284,08

Emitido por: LUIZ MARCELO ANTONIO, na versão: 5538 u

17/04/2026 14:19:40

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em : 17/04/2026

Equiplano

Página:7

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
001 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL					239.000,00	239.000,00	48.715,92	190.284,08
20.606.2150.2091	MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO ATIV. SECR. AGRICULTURA				238.000,00	238.000,00	48.715,92	189.284,08
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
07080	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	238.000,00	238.000,00	48.715,92	189.284,08
20.606.2150.2092	PROGRAMA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL				1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
07180	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
12 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE					1.062.000,00	1.012.000,00	355.052,50	656.947,50
001 DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL					1.060.000,00	1.010.000,00	355.016,04	654.983,96
18.511.2160.2093	EXECUÇÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS - MEIO AMBIENTE				300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
07210	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
18.541.2160.2095	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
07230	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	3.000,00	0,00	3.000,00
18.541.2160.2096	ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL				757.000,00	707.000,00	355.016,04	351.983,96
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
07380	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	297.000,00	297.000,00	293.911,25	3.088,75
07380	EA	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	0,00	80.000,00	60.767,47	19.232,53
07390	E	00555	0555/99/99/00/00	SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00
07400	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados	310.000,00	180.000,00	337,32	179.662,68
002 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					2.000,00	2.000,00	36,46	1.963,54
18.541.2160.2097	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAXINAIS				2.000,00	2.000,00	36,46	1.963,54
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
07480	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00	2.000,00	36,46	1.963,54
13 SECRETARIA DE TURISMO					218.000,00	218.000,00	46.589,79	171.410,21
001 DEPARTAMENTO DE TURISMO					217.000,00	217.000,00	46.589,79	170.410,21
23.695.2120.2099	MANUT. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO				142.000,00	142.000,00	46.406,17	95.593,83
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
07630	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	142.000,00	142.000,00	46.406,17	95.593,83
07631	E	01027	1005/03/99/01/01	CONVÊNIO 00203/2025 - SETU - FOMENTO E APOIO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS - FENAFEP	0,00	0,00	0,00	0,00
07635	E	01071	1005/03/99/01/01	Conv. 002/2026 - SETU - PROJ. VIAJA MAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
07636	E	01076	1005/03/99/01/01	CONVÊNIO 002/2026 - SETU - PARANÁ MAIS VIAGENS	0,00	0,00	0,00	0,00
27.695.2120.2100	EXECUÇÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS - TURISMO				75.000,00	75.000,00	183,62	74.816,38
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA							
07670	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	75.000,00	75.000,00	183,62	74.816,38
002 FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO					1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00

Emitido por: LUIZ MARCELO ANTONIO, na versão: 5538 u

17/04/2026 14:19:40

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 17/04/2026

Equiplano

Página:8

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)						Valor autorizado	Valor atualizado	Liquido empenhado	Saldo atual
23.695.2120.2101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE TURISMO					1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
07710	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
14 SECRETARIA DE OBRAS						316.000,00	336.000,00	101.513,18	234.486,82
003 DEPARTAMENTO DE OBRAS						303.000,00	303.000,00	80.784,90	222.215,10
15.451.2100.2108	RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS					1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
07830	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
15.451.2100.2109	MANUTENÇÃO APRIM.SECRETARIA DE OBRAS					302.000,00	302.000,00	80.784,90	221.215,10
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
07930	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		300.000,00	300.000,00	80.784,90	219.215,10
07940	E	00511	0511/01/07/00/00	Taxas - Prestação de Serviços		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
07950	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
07951	E	01072	1072/03/99/01/02	Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA ITAIPU M		0,00	0,00	0,00	0,00
005 DEPARTAMENTO DE TRANSITO MUNICIPAL - PRUDETRAN						13.000,00	33.000,00	20.728,28	12.271,72
15.452.2100.2112	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO MUNICIPAL					13.000,00	33.000,00	20.728,28	12.271,72
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
08110	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		7.000,00	7.000,00	0,00	7.000,00
08120	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados		6.000,00	6.000,00	948,96	5.051,04
08120	EA	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados		0,00	20.000,00	19.779,32	220,68
15 SECRETARIA DE CULTURA						818.000,00	798.000,00	86.268,61	711.731,39
001 DEPARTAMENTO DE CULTURA						800.000,00	780.000,00	86.268,61	693.731,39
13.392.2140.2113	EXECUÇÃO DE EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS - CULTURA					50.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
08160	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		50.000,00	30.000,00	0,00	30.000,00
13.392.2140.2115 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA						750.000,00	750.000,00	86.268,61	663.731,39
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
08290	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		750.000,00	750.000,00	86.268,61	663.731,39
08295	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados		0,00	0,00	0,00	0,00
08291	E	01054	1054/09/99/06/18	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais		0,00	0,00	0,00	0,00
08292	E	01063	1063/09/99/06/18	Fundo da Cultura - Transferências da Política Nacional Aldir - LEI 14.399/22		0,00	0,00	0,00	0,00
002 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA						18.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00
13.392.2140.2116	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA					18.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
08370	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
08380	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados		17.000,00	17.000,00	0,00	17.000,00
16 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO						50.000,00	50.000,00	855,50	49.144,50

Emitido por: LUIZ MARCELO ANTONIO, na versão: 5538 u

17/04/2026 14:19:40

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores



Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026
Saldo das contas de despesa
Calculado em : 17/04/2026

Equiplano

Página:9

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)						Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
001 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO						50.000,00	50.000,00	855,50	49.144,50
04.121.2100.2117 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO						50.000,00	50.000,00	855,50	49.144,50
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA									
08470	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)		50.000,00	50.000,00	855,50	49.144,50
Total Geral						27.690.650,00	29.366.423,92	9.867.544,16	19.498.879,76

Critérios de seleção:
Data do cálculo: 17/04/2026
Órgão entre: 03 e 16
Natureza de despesa entre: 3.3.90.39.00.00 e 3.3.90.39.00.00